

# Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense<sup>1</sup>

**João Marcio Palheta**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.  
e-mail: jmpalheta@ufpa.br

**Adolfo da Costa Oliveira Neto**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.  
e-mail: adolfoneto@ufpa.br

## Resumo

Esse artigo analisa o território da Mesorregião Sudeste Paraense como um dos *locus* preferencias de conflitos envolvendo diferentes atores sociais e as empresas de mineração, além de contestar analiticamente a forma de desenvolvimento social e econômica adotada pelo estado brasileiro na Amazônia Paraense no limiar do século XXI. A Mesorregião Sudeste Paraense é a mais impactada pelas atividades mineradoras da principal companhia mineral do estado, a companhia Vale, esses impactos socioterritoriais têm colocado em debate o fato de a mineração ser a única via de desenvolvimento regional. Os conflitos de interesses entre as populações diretamente atingidas e a política mineral na região amazônica, tem suscitado um amplo debate nas sociedades atingidas – nos últimos 30 anos de exploração mineral da região – e confrontado riqueza e pobreza como paisagem marcante regional, propondo pensar quais são os efeitos das atividades mineradoras nos municípios mineradores do estado do Pará.

**Palavras Chave:** Conflitos; Mineração; Território; Amazônia Paraense.

## For another territorialisation in the Amazon of the Pará State

### Abstract

This paper analyses the territory of the southeastern mesoregion of the Pará State, as one of the preferential locus of conflicts that involves different social actors and the mining companies, besides contesting analytically the form of the economic and social development adopted by the Brazilian government in the Amazon of the Pará State at the dawn of the 21<sup>st</sup> century. The southeastern mesoregion of the Pará State is the most affected by the mining activities of the principal mineral company of the State, the Valle Company. These social and territorial impacts have brought into debate if the mining is the only way of regional development. The conflicts of interests among the populations directly affected and the mineral policy in the Amazon region, have raised a broad debate in the affected societies in the last 30 years of the mineral exploration in the region, confronting the richness and poverty as a remarkable regional landscape, and proposing to reflect about the effects of the mining activities in the mining towns of the Pará State.

**Key-words:** Conflicts; Mining; Territory; Amazon of the Pará State

---

<sup>1</sup>As reflexões contidas neste ensaio fazem parte do projeto de pesquisa “Dinâmicas Econômicas e Ordenamentos Territoriais dos Grandes Projetos de Mineração no Estado do Pará (2009-2014)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico /CNPq.

## Por una outra territorialización en la Amazonia paraense

### Resumen

Este artículo analiza el territorio de la mesorregión sudeste paraense como uno de los *locus* preferenciales de los conflictos involucrando diferentes factores sociales y las empresas de minería, además de contestar analíticamente la forma de desenvolvimiento social y económica adoptada por el estado brasileño en la amazonia paraense en el inicio del siglo XXI. La mesorregión Sudeste paraense es la más impactada por las actividades mineras de la principal compañía mineral del estado, la compañía Vale, esos impactos socio territoriales tienen colocado en debate se la minería es la única vía de desenvolvimiento regional. Los conflictos de intereses entre los habitantes directamente atingidos y la política mineral en la región amazónica, tienen suscitado un amplio debate en las sociedades atingidas, en los últimos 30 años de exploración mineral de la región, y confrontando riqueza y pobreza como paisaje marcado regional, proponiendo pensar cuales son los efectos de las actividades mineras en los municipios mineros en el estado del Pará.

**Palabras clave:** Conflictos; Minería; Territorio; Amazonia Paraense.

### Introdução

Durante os debates do Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (SINGA) na cidade de Goiânia, em 2015, a mesa redonda que analisava a questão da mineração e os conflitos a partir do uso do território pelas atividades mineradoras – os efeitos espaciais da mineração –, debatíamos a relação direta e indireta entre a questão agrária e a mineração na Amazônia. O avanço da mineração e do agronegócio, tem levantado questões sobre o avanço também dos conflitos<sup>2</sup>, em usos diferenciados do território, e a real possibilidade dos projetos virtuais que se colocam para região, porém oferecendo risco às sociedades Amazônicas, os povos tradicionais. O território passa a ser um campo de forças para a sociedade, em busca das suas territorializações e, conseqüentemente, a garantia de seus direitos sociais.

O território *locus* de embate por parte dos atores sociais na região Amazônica propõe questões de ordem social, política, econômica e ambiental, quando da atuação do Estado na forma de planejamento e ordenamento territorial do passado, das orientações econômicas do presente e do futuro que geram conflitos com as formas de utilização dos recursos naturais, do modo de vida das populações tradicionais e, das urbanizações provocadas por diferentes processos que conectam a escala local a internacional em tempos diferentes de uso do

---

<sup>2</sup>O conflito social é entendido por nós, segundo o olhar da teoria do conflito de Karl Marx, no qual os sistemas sociais estão divididos e são contraditórios, e uma dessas divisões se apropria da riqueza controlando o poder político e econômico, causando as desigualdades sociais.

território por partes da empresas, do estado e das sociedades locais, como apontamos em Silva; Silva; Oliveira Neto; Nascimento (2017) e Silva; Oliveira Neto (2017).

Diante do avanço do capital intensivo sobre a região, torna-se necessário levantar as seguintes questões: a primeira diante dessas possibilidades de interpretações dos territórios com mineração é a de que lógica nós temos de um Estado Brasileiro frágil diante dos contextos dos mercados e das grandes empresas internacionais! Essa fragilização nacional recai sobre todas as unidades da federação, que possuem algum tipo de atividade mineradora intensificada na Amazônia, em virtude dos principais destinos dos recursos para mineração, por parte do capital no estado brasileiro ser direcionado para essa região; outra proposição dá-se em pensar no ordenamento do território, a partir do qual a ordem hegemônica, se amplia, cria e recria as diferentes territorialidades do capital, que vão se definindo diante dos conflitos implicando em usos diferenciados do território, com perspectivas de risco de autonomia do estado, sendo assim um dos grandes desafios da questão mineral e amazônica, colocando em risco a soberania nacional e o domínio do território por comunidades tradicionais, como as indígenas, por exemplo; e uma terceira presunção são os minérios explorados pelas regiões mineradoras no estado do Pará, o ferro, cobre, níquel, bauxita e a alumina – os principais minérios-produto na pauta de exportação nacional (redefinindo as dinâmicas econômicas), estão entre os mais consumidos no planeta, e como essa exploração se traduz em bem-estar social para as localidades atingidas pela mineração no estado do Pará.

Pensar as diferentes regiões que possuem atividades mineradoras, a partir dessas três dimensões, é considerar uma região Amazônica onde ainda quem possui mais terras ou controla essas terras, faz poder com a terra, sendo ela um instrumento de poder, e quem domina os recursos do subsolo também controla as formas de poder, que decidem sobre o território, quais processo da dinâmica do território são importantes para o capital, dentre outras. Essas dimensões das informações são propostas para se pensar, neste artigo, quais são os efeitos dessa mineração e a questão do subsolo, tomando como base explicativa a Mesorregião Sudeste do estado do Pará, nos primeiros 17 anos do século XXI.

### **Territórios de *Commodities***

As relações sociais e econômicas e as dinâmicas territoriais na Amazônia têm suscitado um amplo debate nas comunidades que são ou foram atingidas pelas atividades mineradoras. O território das cidades mineradoras, foram incorporados à escala internacional, a partir das empresas, e criado uma crescente expectativa ao governo brasileiro, pautando

seu interesse na balança comercial com as exportações de bens primários minerais, sem dar a devida atenção aos conflitos territoriais que não são somente particularidades do espaço geográfico brasileiro (Figura 01).

**Figura 01: Mapas dos Conflitos Minerais na América Latina.**



Fonte: IBGE; IBAMA; SISCOM; Environmental Atlas; UOL.  
 Organização: Carlos Jorge Nogueira de Castro

O território conectado ao mercado internacional torna-se fragmentado diante das alterações nas dinâmicas econômicas locais e no surgimento de novas territorialidades provocadas pelas dinâmicas exógenas ao território. Nesse sentido, a dinâmica territorial acompanha a evolução das transformações no tempo e no espaço, estas provocadas por atores sociais em diferentes níveis, ocasionando ordem e desordem territorial, conectadas em diferentes processos, e inter-relacionadas entre os diferentes usos dos territórios e nas ações provocadas de forma exógena com discurso de desenvolvimento voltada para exportação de *commodities*, em posição ao desenvolvimento local pautado no usos dos recursos naturais pelas comunidades Amazônicas.

Segundo Frischtak e Belluzzo (2014), a questão sobre os recursos naturais, levanta o debate sobre as experiências de alguns países que souberam usar a mineração para melhoria da qualidade de vida de suas sociedades e apontam três argumentos sobre a crítica aos recursos naturais:

O impacto econômico de uma relativa abundância de recursos naturais desdobra-se em várias dimensões. Para os críticos, há fundamentalmente três argumentos que desqualificariam as vantagens da exploração de recursos naturais. Primeiro, a chamada tendência secular da deterioração dos termos de troca (Prebisch-Singer), que levaria ao empobrecimento progressivo dos países exportadores de *commodities* agrícolas e minerais. Segundo, a maior volatilidade de preços de *commodities* frente aos bens industrializados, que dificultaria a gestão macroeconômica dos países. E terceiro, a fragilidade do legado da exploração de *commodities* tanto no plano econômico-ambiental, como político-institucional. Neste último caso, os críticos apontam para a constituição de uma elite predatória que se apodera do Estado, cujo caso limite são as cleptocracias que lá se incrustam e as guerras civis travadas entre grupos que se digladiam pelas rendas da exploração dos recursos naturais (Frischtak; Belluzzo, 2014. p.10).

Os territórios, principalmente os que possuem recursos minerais, têm sido um dos mais impactados pelos processos sociais e econômicos. A busca por esses recursos por parte do grande capital tem promovido um debate salutar nas sociedades atingidas pelos grandes empreendimentos mineradores, porém com pouca atuação do Estado brasileiro, no sentido de assegurar a soberania dos recursos minerais por parte de suas sociedades. Em escala internacional os investimentos se multiplicam, e se especializam nos territórios de diferentes países na busca pelos recursos minerais.

A consultoria internacional SNL, publicou em 2014 (IBRAM, 2015), os investimentos privados no mundo, e destacou que no Brasil esses investimentos chegavam à casa dos 3% do total dos investimentos na mineração (Figura 02). Ao observar a espacialização desses investimentos, é muito significativo olhar o mundo dos investimentos da mineração das agências privadas, que controlam a mineração e, conseqüentemente, controlam os territórios na sua área direta de exploração de bens minerais que são estratégicos ao desenvolvimento do país e de qualquer forma de desenvolvimento social econômico. Infelizmente o governo

brasileiro não faz com a devida competência a política industrial e social de controle e soberania dos territórios com mineração, como uma maneira de garantir à sua sociedade a apropriação real dos recursos do subsolo.

**Figura 02: Espacialização dos Investimentos em Mineração.**



Fonte: IBRAM, 2015.

A forma com vem sendo historicamente explorado os territórios com mineração, coloca em risco a soberania nacional e o futuro das sociedades atingidas pela atividade mineradora, ao não se ter mais o controle dos recursos minerais que saem do subsolo e estão nas mãos da iniciativa privada. Historicamente vem ocorrendo o avanço no mapeamento oficial, por parte do governo brasileiro nos territórios com mineração, este tem sido realizado para mapear os minérios desde as décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2005. Por outro lado, não ocorre por parte do governo brasileiro, com a mesma precisão dos minérios, o mapeamento dos conflitos nesses territórios e tomar a questão mineral na Amazônia como uma questão de soberania nacional, garantindo a apropriação e uso dos territórios com dominialidade das comunidades atingidas pela mineração, a fim de criar outras possibilidades para além da mineradora, para fins de desenvolvimento regional.

### **Território para além da Mineração**

O conhecimento produzido pelo estado brasileiro, sobre os recursos naturais, em territórios amazônicos vem sendo ampliado quando se trata da mineração, e vem evoluindo

até chegar o CENSIPAM, hoje (2017), com a tentativa de mapear todos os recursos minerais que nós temos para fazer parte do banco de dados sobre o potencial dos recursos naturais, principalmente na Amazônia brasileira. O dilema fundamental para além dos mapas georreferenciados dos locais onde existem recursos minerais, vem com a preocupação do tipo de extrativismo que persiste na região, que só tem acelerado a exportação de recursos minerais, sem agregação de valor ao produto e ao trabalho para nós Amazônidas, colocando em riscos as ilhas de Sintropia e aumentando a Entropia socioterritorial.

Para Altvater (2007),

o processo de produção de entropia, entretanto, é destrutivo porque escava os meios de auto reprodução social e natural. Ao produzir valores de uso que potencialmente satisfazem necessidades humanas, produz também inevitavelmente dejetos. Cada processo produtivo está ligado a outputs necessários como assim também a outputs desnecessários ou inclusive prejudiciais. É fisicamente impossível transformar matéria e energia sem produzir desperdícios e em consequência externalidades (ALTAVER, 2007. p.368).

Altvater (2007) ao analisar o processo entrópico levanta o questionamento de que é impossível produzir mudanças, sem gerar impactos. Todo processo de transformação de matéria e energia, gera ganhos e causa perdas, e ao analisar a teoria marxista, inclui o poder de destruição da acumulação capitalista no território. Podemos comparar os processos de acumulação capitalista dos empreendimentos mineradores e, o papel do planejamento do Estado brasileiro nas políticas territoriais de controle e usos dos territórios na Amazônia, como os que intensificaram os impactos sociais nas áreas atingidas pelos grandes empreendimentos, gerando não somente a pobreza regional, como também, os impactos ambientais.

A escolha do estado pelo capital intensivo na região, através dos grandes empreendimentos, gerou dois processos que são fundamentais para as desigualdades regionais, além da baixa agregação de valor ao produto, que foi fundamental para dependência e inibiu a evolução da cadeia produtiva (só haverá ganhos dentro do sistema capitalista de produção para região, se o Brasil parar de insistir somente na mineração); a outra dá-se pela quase ausência de agregação de valor ao trabalho, tornando a região mera fornecedora de mão de obra barata.

Na Amazônia, torna-se necessário investimentos maciços em ciência e tecnologia para sua sociedade. Nós precisamos evoluir com os centros tecnológicos, as universidades, e garantir o acesso da sociedade amazônica às formas de saberes científicos, bem como dominar as suas formas de saber, usar o conhecimento tradicional e se apropriar dele de uma forma que a sociedade possa controlar o seu futuro, respeitando as comunidades atingidas pela mineração e os cenários das sociedades tradicionais para além da mineração.

Temos dois importantes processos de agregação de valor ao desenvolvimento regional, ausentes na Amazônia, que favorecem a apropriação dos produtos pelo grande capital e, sobretudo, para exportação quase que *in natura* dos recursos minerais. Aos Amazônidas cabe, como citado anteriormente, ser mão de obra barata aos grandes empreendimentos, sejam esses os mineradores implantados ou a serem implantados na região, os do agronegócio e/ou grandes empreendimentos de infraestruturas, acelerando os conflitos já existentes na Amazônia.

Esses grandes empreendimentos que mobilizam um contingente significativo da população em busca de emprego e melhores condições de vida, atraindo um conjunto de pessoas que vem trabalhar na sua grande maioria como peão de obra, enfim, nós temos um trabalho com baixa qualificação profissional e social. Essa atração populacional acaba na periferia das cidades gerando e aumentando os já existentes conflitos urbanos, assim como outros no meio rural sobre a posse e uso dos territórios, exigindo do Estado Brasileiro uma mudança de mentalidade sobre a região, com a finalidade de colocar a sociedade como controladora da sua própria história, para mudar o extrativismo predatório que insiste como única via de desenvolvimento regional.

A ideia da modernização dos territórios na Amazônia, que possuem mineração, vem ocorrendo no âmbito das grandes empresas, o Estado, por sua vez, não vem com a mesma velocidade que concede os direitos à exploração mineral para as empresas, garantindo formas em que a sociedade possa ter condições de consolidar suas dinâmicas sociais e econômicas, diferentemente do extrativismo mineral em grande escala.

A modernização e as novas tecnologias de domínio em grande escala no sistema capitalista, por parte das grandes empresas no domínio dos mercados, utilizam da união entre a ciência e a técnica sob a égide dos mercados (Santos; Silveira, 2001), para controlar e se apropriar dos recursos em diferentes territórios. O acesso as tecnologias que poderiam criar a possibilidade de domínio para as sociedades controlarem sua própria existência diante dos processos da globalização econômica no ordenamento dos territórios é levantada por Paul Claval (2015),

Nós vivemos num mundo no qual a mobilidade cresce, em que as técnicas se tornam mais sofisticadas, em que o meio ambiente está ameaçado. A escala na qual os projetos se estabelecem e para a qual os mercados se abrem excede aquela da experiência comum. A maioria não tem a formação necessária para compreender as tecnologias que transformam sua existência (CLAVAL, 2015. P. 137).

A Amazônia tem se tornado para o governo federal e para o grande capital, cada vez mais uma região mineradora, passando a ideia de ser essa a única alternativa ao desenvolvimento regional: a exportação de *commodities*, ignorando a tradição dos povos da floresta e das comunidades tradicionais, que utilizam a produção agrícola, por exemplo, como

forma de uso do território e de manter as suas territorialidades. Dois tipos de atividades econômicas que se diferenciam e, com as demais dinâmicas territoriais, geram conflitos, quando associadas aos tradicionais conflitos agrários, aos projetos hidrelétricos e aos diferentes conflitos que surgiram ou foram acelerados na região, pós década de 1970, pelas descondições das sociedades locais e das particularidades do ecossistema amazônico.

Esses empreendimentos que aceleram os conflitos do século XXI, e que estão associados aos processos de desenvolvimento econômicos adotado pelo Estado brasileiro em décadas anteriores, modernizaram os conflitos atuais e fizeram surgir diferentes territorialidades, diante da dinâmica econômica pautada nos grandes empreendimentos do agronegócio e mineradores, quase que totalmente voltados para economia de exportação. Sem resolver os conflitos socioterritoriais antigos, o planejamento do estado descondiou as novas possibilidades de outros novos conflitos, ao colocar em risco a aptidão das sociedades locais no uso e posse de seus territórios.

Com a aceleração dos interesses internacionais sobre a região amazônica, multiplicaram-se os grandes empreendimentos mineradores conjuntamente com os hidrelétricos, os portos e do agronegócio, e que estão, na Amazônia de hoje, adotados como a solução da balança comercial brasileira e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), descondiendo que esses empreendimentos juntos, direta ou indiretamente, continuam acelerando os Conflitos Socioterritoriais, e que conflitam com as formas de desenvolvimento social e econômico das sociedades amazônicas.

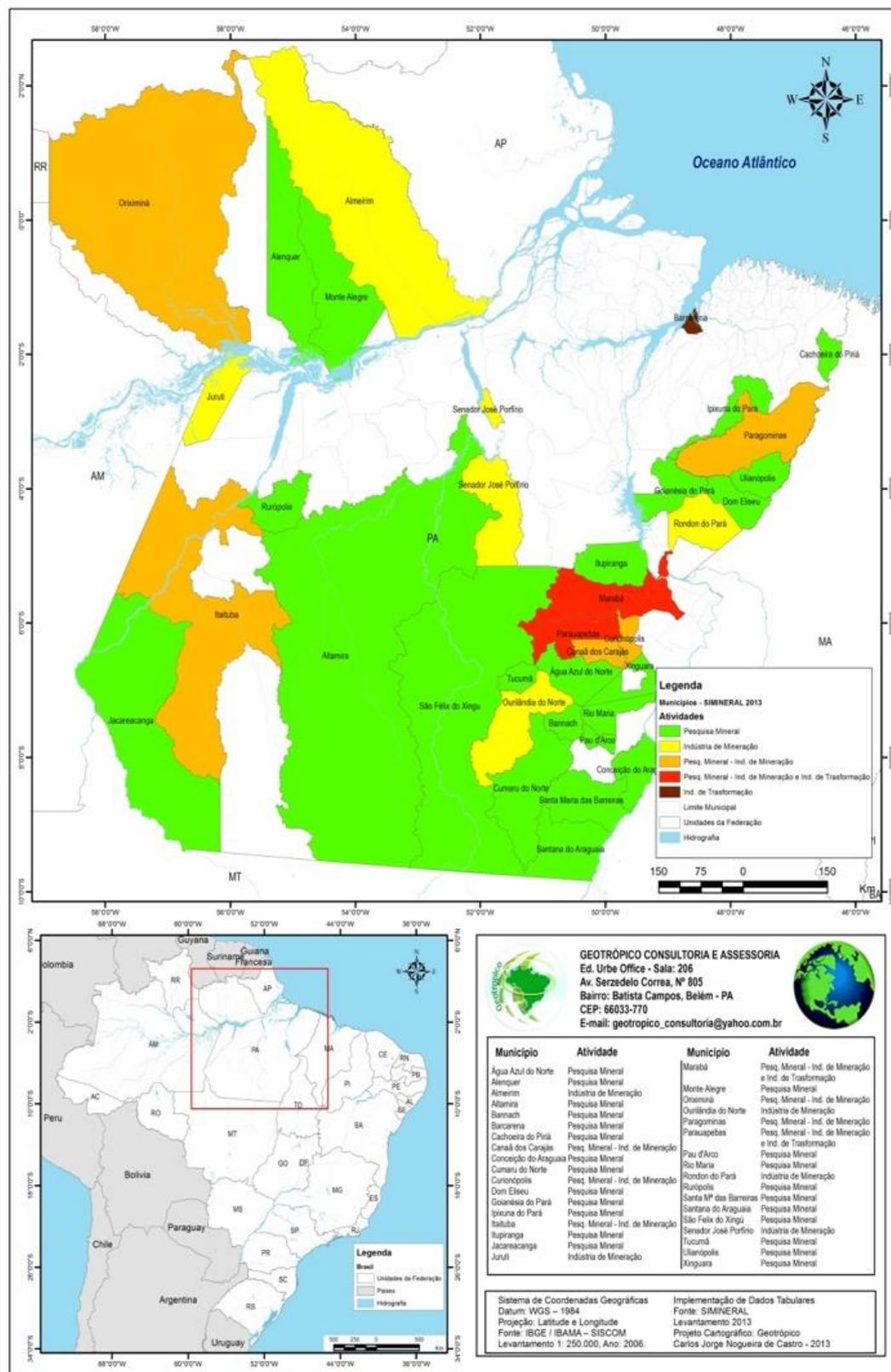
### **Modernização dolorosa dos territórios: dilemas e desafios para as sociedades atingidas pela mineração**

Os pontos no território que são considerados pelos grandes empreendimentos, como pontos luminosos (de interesse do capital), para usar uma expressão do geógrafo Milton Santos (1997), acabam recebendo os investimentos destinados a mineração, apesar da chamada crise econômica atual. Esses pontos luminosos no território não deixaram de receber investimentos na exploração dos recursos naturais, a exemplo dos minerais, um dos fatores que podemos destacar é a multiplicação das empresas de mineração no país, que em 2013, atingiu o número de oito mil oitocentos e setenta empresas, que exploram essa atividade no Brasil (IBRAM, 2015). Na região Norte temos parte dessas empresas, chegando num total de quinhentas e quinze empresas que controlam a mineração.

No que diz respeito às minas no país, temos um total de oito mil e quatrocentas minas, dessas duzentas e trinta e seis com valor bem significativo (IBRAM, 2015). As minas em atividade no Brasil têm um significado que mostra como o ele está se especializando em

termos de mineração, mas apenas na exploração com baixo valor agregado de transformação dos recursos e, nesse caso, a Amazônia tem sido palco e um motor da trajetória dos recursos que serão aplicados na mineração no Brasil, e especificamente para um estado, o estado do Pará com seus 144 municípios, dos quais 39 possuem algum tipo de atividade mineradora (Figura 03), em especial para dois municípios, nesse estado, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Figura 03: municípios com atividades de mineração estado do Pará.



Fonte: IBGE; IBAMA; SISCOM; SIMINERAL.  
 Organização: Carlos Jorge Nogueira de Castro.

Os dois municípios paraenses citados, possuem juntos a maior exploração de ferro do Brasil em alto teor, as minas de ferro de Carajás em Parauapebas e o projeto S11D em Canaã, que é o maior projeto de mineração do planeta, no qual a empresa Vale utiliza a ideia da mineração sustentável; ela é realmente sustentável no âmbito da empresa, mas ela não é sustentável no âmbito da sociedade. Para a empresa há eficiência de não usar água, de não usar pneus, tudo isso tem um valor significativo no meio ambiente, mas ela não é só isso, vai muito mais além, que é o que significa para o bem estar social, o maior projeto de mineração do planeta num município que até 15 anos atrás era um município agrícola e se tornou um município urbano com 26 mil habitantes (IBGE, 2017), e que, provavelmente, sua população triplicaria para 90 mil habitantes.

O crescimento populacional desses municípios mineradores, como é o caso de Parauapebas é exemplo do processo concentrador de riqueza e distribuidor de pobreza. Parauapebas é considerada a cidade que mais arrecada a Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) no Brasil em riqueza, e o estado do Pará, destaca-se na economia mineral.

O que tem significado essas classificações no sentido de qualidade de vida das populações, seja da capital paraense, seja da capital da mineração no país, é a mineradora Parauapebas. Por sua vez, os pedidos de requerimentos, autorização de pesquisa e licenciamento se multiplicam pelo estado Paraense, acompanhando a evolução da produção mineral no Brasil. Se serão viáveis ou não é outro processo, mas há uma constante importância do subsolo brasileiro, de uma visão estratégica do capital internacional, e do capital nacional privado, que não é nada estratégica para a sociedade amazônica.

Para o governo federal, o setor mineral, torna-se cada vez mais importante, fundamental as exportações do país, o que garante um saldo positivo na balança comercial brasileira. Em 2014, por exemplo, 73% dessa exportação era o minério de ferro que comandava, ou seja, com S11D de Canaã a previsão é que se aumente esse percentual. No mercado internacional se o valor da tonelada do minério de ferro cair, a empresa que exporta não perde, pois, a tendência é aumentar a exploração do recurso mineral, para garantir o fluxo de exportação e compensar o baixo valor do minério no mercado internacional, muito importante para as empresas internacionais. A empresa não perde se o minério tiver barato ou alto, quem perde são os paraenses, por exemplo, a principal empresa de exploração mineral; a Vale continua acelerando a exportação através dos seus três trens com mais de 300 vagões, nas viagens que faz de Parauapebas ao porto do Maranhão, e deste porto para o mercado internacional.

Aos paraenses e maranhenses ao longo da Estrada de Ferro Carajás cabe ver o trem passar? O trem já passa há 30 anos, com ele boa parte da riqueza brasileira se foi, e o tempo de vida das minas diminuiu. Quais as políticas públicas sociais que foram adotadas ao longo

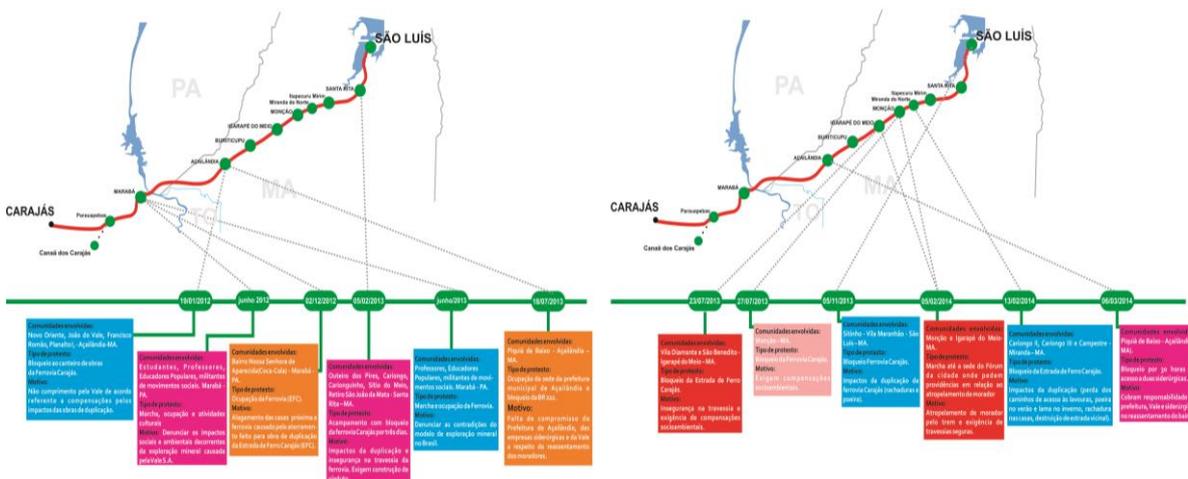
desse período que serviram para garantir o bem-estar social no corredor da EFC? Se há perdas, essas são para os diretamente atingidos pela mineração. Em trinta anos de exploração de Carajás se foi grande parte do minério para fomentar o desenvolvimento econômico de outros países. É uma perda significativa nessa aceleração da exportação das ilhas de Sintropia, e o principal destino é o mercado da China, que consome boa parte desses minérios, nosso principal parceiro comercial brasileiro e do estado paraense.

Segundo o portal do Governo Federal,

Em 2016, as exportações da mineração (indústria extrativa, excluindo petróleo e gás) participaram com 9,4% do resultado total brasileiro. Os embarques de minério de ferro, principal item dessa pauta, aumentaram 2,1%, passando de 366,2 milhões de toneladas em 2015 para 374 milhões de toneladas em 2016. (<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/01/brasil-exportou-US-36-bilhoes-em-bens-minerais-em-2016>).

A participação do Minério de Ferro na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), é considerável, segundo dados do Portal Brasil a arrecadação aumentou em 18,3%, passando de R\$ R\$ 1,519 bilhão, em 2015, para 1,797 bilhão, em 2016. O minério de ferro corresponde mais de 50% de tudo que é arrecadado no Brasil. O monopólio da mineração é também o poder de controlar milhões e milhões de toneladas, negociar somente com a empresa detentora do monopólio na Amazônia, tem se tornado um desafio constante aos movimentos sociais e a sociedade atingida diretamente pelos projetos mineradores, sejam elas índios, quilombolas, garimpeiros, trabalhadores rurais dentre outros nos quais ou a estrada de ferro passa ou ocorre exploração mineral.

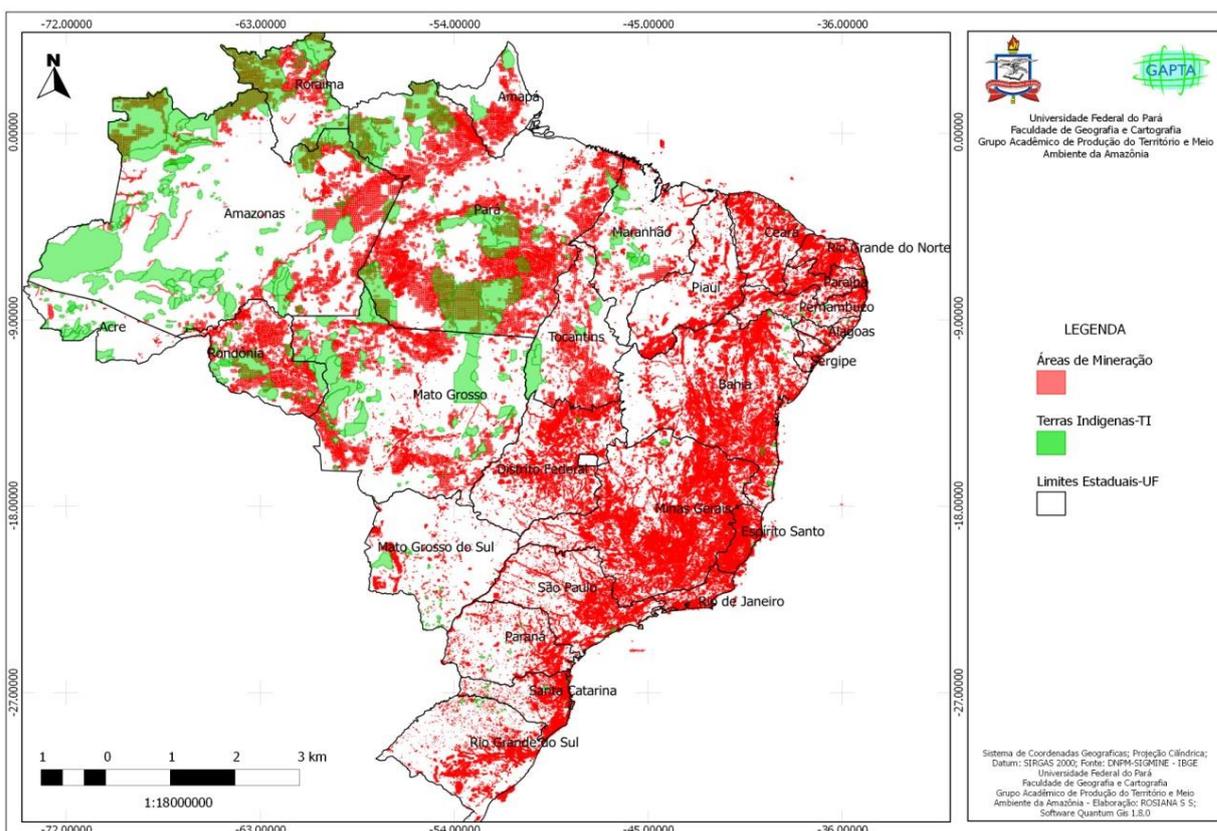
Figura 04: Conflitos nos anos de 2012 e 2013 na Estrada de Ferro Carajás.



Fonte: Justiça nos Trilhos, 2014.

Cansados de esperar pelo poder público, a sociedade civil criou seu mais novo canal de reivindicação social o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que une diversos atores sociais atingidos pelos projetos mineradores. Passados 30 anos, esse é o primeiro movimento que de fato, organizado pela sociedade civil, questiona os processos pelos quais são implantados os projetos e desconsideradas as sociedades atingidas, buscando seus direitos e as melhorias para as áreas atingidas. No decorrer dos anos de 2012 e 2013, ocorreram vários conflitos ao longo da EFC no Pará e no Maranhão (Figura 04), esses não foram e nem serão os únicos conflitos sociais no corredor de exportação de minérios nessa região. A mineração será realmente a saída da região de Carajás? Pode ser para as empresas e para o estado Brasileiro, mas não é, e nem tem sido, para as sociedades atingidas pelas atividades mineradoras ao longo desses 30 anos de exploração mineral.

**Figura 05: áreas de mineração em Indígenas no Brasil.**



Fonte: DNPM; SIGMINE; IBGE.

A dimensão do impacto do S11D, por exemplo, vai além, do município sede Canaã e de seu vizinho Parauapebas, multiplicando o corredor de *commodities*, ampliado com a duplicação da EFC e com ramal de 100 km de estrada de ferro de Canaã até a EFC, conectando as grandes minas, os grandes eixos rodoferroviários, ao mesmo tempo se multiplicam as tensões e as pressões da atividade mineral sobre as comunidades, como as



Por sua vez, os municípios atingidos pela mineração no estado do Pará, quando comparamos a receita de suas prefeituras, estas não têm se traduzido em qualidade de vida para suas sociedades, nem tão pouco no vizinho estado do Maranhão, o trecho da Estrada de Ferro Carajás é o corredor onde temos a maior vulnerabilidade social. Quando observamos as áreas de influências consideradas próximas aos grandes projetos de mineração, as atividades econômicas predominantes, agropecuária, indústria e serviço são influenciadas pela mobilidade de pessoas e empresas atraídas pelas atividades dos grandes projetos mineradores. No caso da população a mobilidade é facilitada pela EFC, que fez com que um fluxo contínuo de pessoas migrassem em busca de empregos e melhores condições de vida nesses projetos.

### **Considerações Finais**

Questões territoriais são importantes para se pensar a Amazônia, como o papel desempenhado pelos grupos empresariais no controle das atividades econômicas, que faz com que surjam novas disputas, novos conflitos, na medida em que essas empresas não conseguem “garantir emprego e renda” para as pessoas que migram. O maior exemplo desse processo é Canaã como o projeto S11D, Canaã dos Carajás tinha 13 mil habitantes, era um município rural e passou para 26 mil habitantes, um município Urbano. Outro exemplo já conhecido é Parauapebas com graves problemas sociais, de moradia, de analfabetismo, de violência, um conjunto de problemas sociais que surgem e que a mineração não é responsável diretamente, mas indiretamente é responsável aliada há quase ausência do papel do estado, no sentido de conceber políticas públicas eficientes e eficazes, para que a sociedade possa “absorver” o crescimento econômico que vem da mineração. É preciso garantir que o Estado Nacional seja forte, e não ceda as pressões internacionais e que a mineração seja sobretudo uma questão geopolítica estratégica para a nação brasileira, associada as outras reais potencialidades sociais e econômicas dos povos Amazônidas.

A disputa pelo controle econômico dos recursos naturais é também uma disputa pelo controle político dos lugares. Esse controle político não gerou a transformação social tão esperada pela vinda da mineração como principal fonte de receita aos cofres públicos. Os discursos colocados na região são a garantia de emprego, o desenvolvimento, as melhorias de condições de vida, mas o que de fato ocorreu foi a aceleração dos conflitos já existentes, com as políticas passadas do governo federal, com abertura das hidrelétricas, com a abertura de novas frentes rodoviárias que fizeram aumentar o acirramento desses conflitos junto com as atividades mineradoras.

Os conflitos sociais que foram gerados ao longo da trajetória histórica dos ciclos econômicos na Amazônia, não foram levados em consideração pelo estado brasileiro. Não é mais possível excluir das agendas políticas de decisão os movimentos sociais, a sociedade civil. Essa sociedade civil precisa ter coparticipação na criação de novas políticas territoriais. Garantir que a sociedade brasileira passe a dominar o conhecimento sobre seus territórios, é um projeto verdadeiramente nacional.

Só é possível um pacto social se houver um amplo debate envolvendo as sociedades locais. Um exemplo da ausência da sociedade civil diretamente impactada foi a criação dos seus planos estaduais da mineração, que se tornaram uma cópia do Plano Nacional da Mineração (CHAVES; PALHETA DA SILVA, 2016), e os municípios foram esquecidos nesse debate. Não é burocratizar a questão, mas os municípios deveriam ter os seus planos mineradores municipais, onde a sociedade civil poderia ter uma agenda política, na qual pactuasse que desenvolvimento queremos, como as empresas e o estado brasileiro poderiam contribuir de uma outra maneira, para além da exploração dos recursos naturais.

Os impactos e os conflitos territoriais da mineração deverão continuar com a aprovação do Novo Código da Mineração, que atropelou a sociedade brasileira e a colocou refém do capital, sobretudo internacional. Para que essas atividades de mineração possam ter um efeito multiplicativo na sociedade (por enquanto tem um efeito multiplicativo nas contas municipais e na conta do estado do Pará), precisa ser amplamente debatido com a sociedade, pois é raríssimo o efeito da multiplicação social nos territórios com atividade de mineração. A ideia dos territórios com mineração na Amazônia deve ser acompanhada de planejamentos com a presença ativa das sociedades direta e indiretamente atingida. Para avaliarmos quais rumos do desenvolvimento econômico e social queremos e para olhar a resolução dos possíveis conflitos sociais diante dos que já existem como conflitos indígenas, conflitos de garimpeiros, e repensar o território com autonomia social e política das sociedades atingidas. E, principalmente na Amazônia continue a ser questionada, as formas e as agendas políticas sem a presença da sociedade civil.

Dessa forma, atingiremos uma outra escala de territorialidade, que já existe na região, como a da agricultura, por exemplo que precisa ser incentivada. São os pescadores, os garimpeiros, os trabalhadores rurais que precisam ser incentivados; existe um conjunto de atores que fazem a história da Amazônia de uma forma diferente que não esse de uma grande escala dos grandes capitais com os das empresas mineradoras, e que precisam ter assegurados por parte do Estado Brasileiro seus territórios. Por fim, torna-se urgente e necessária uma nova territorialização na Amazônia, com domínio das sociedades sobre seus territórios.

## Referências

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: CLACSO. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715082224/cap15.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BELLUZZO, Luís de Mello; FRISCHTAK, Cláudio. Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico: uma Introdução In: BELLUZZO, Luís de Mello; FRISCHTAK, Cláudio; LAPLANE, Mariano. (orgs.). **Produção de Commodities e desenvolvimento econômico**. Campinas: UNICAMP/IE, 2014. p. 10-20.

BENKO, George. **Desenvolvimento regional e indústria de alta tecnologia**: um estudo das dinâmicas locativas. Finisterra, Lisboa, 1993.

CHAVES, Debora Almeida; SILVA, Joao Marcio Palheta da. **O Plano Nacional da Mineração (2010-2030) e seu Rebatimento no Território Amazônico**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, janeiro/ junho 2016, p. 39 a 52.

Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário mineral brasileiro**. Brasília: DNPM, 2010.

Departamento Nacional de Produção Mineral. **Prestação de contas ordinária anual - Relatório de gestão do exercício de 2010**. Brasília: DNPM/DIPLAN, marco 2011.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1988.

IBRAM. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2015**. [www.ibram.org.br](http://www.ibram.org.br). Acesso em: 12 ago. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Ed. Redondo Castigate Mores. 1999.

Ministério da Integração Nacional. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT (Versão preliminar)**. Brasília: MI/UNB, agosto de 2006.

PAUL, Claval. **Terra dos homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico- científico informacional. 3 ed. São Paulo:HUCITEC, 1997.

SILVA, João Márcio Palheta da. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, João Márcio Palheta da. A ilusão do desenvolvimento em territórios de mineração na Amazônia paraense. In: NAHUM, João Santos (org.). **Dinâmicas territoriais e políticas no município de Barcarena, no estado do Pará**. Belém: Açai, 2011. p.13-32.

SILVA, João Márcio Palheta da. A organização econômica dos territórios de mineração na Amazônia. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (Org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 289-312.

SILVA, João Márcio Palheta da. A inserção econômica da Amazônia no contexto da globalização. **Revista Geografia e Pesquisa**. Ourinho: UNESP, 2007. p. 7-20.

SILVA, João Márcio Palheta da; MEDEIROS, Glaucia Rodrigues Nascimento; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia e mineração no Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**. Belém, n. 1, v. 01, p. 01-12, jan./jun. 2014.

SILVA, João Márcio Palheta da; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. A geografia dos conflitos pelo uso do território na Amazônia. In: SILVA, João Márcio Palheta da; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SILVA, Christian Nunes da. (org.). **Grandes empreendimentos e impactos territoriais no Brasil**. Belém: Editora GAPTA, 2017. p. 331-358.

SILVA, João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da. **Jurutí**: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. **Revista Geografia**. Rio de Janeiro, Ano. 18 - No36 – 2016. P. 128-147.

SILVA, João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; MEDEIROS, Glaucia Rodrigues Nascimento. Geography and Mining in Carajás/Pará (Northern Region of Brazil). **International Journal of Geosciences**, n. 5, 2014, p. 1426-1434. <http://dx.doi.org/10.4236/ijg.2014.512116> .

SILVA, João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da; OLIVEIRA NETO, Adolfo; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. Conflicts over the use of territory in mineral Amazon. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 16, sep. 2017.

VALE, Mario. **Conhecimento, inovação e território**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

---

## Sobre os autores

---

**João Márcio Palheta** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

---

**Adolfo da Costa Oliveira Neto** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil e em Pedagogica pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil; Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil; Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

---

## Como citar este artigo

---

PALHETA, J. M.; OLIVEIRA NETO, A. C. Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 354-372, Dossiê, 2018.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo “Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense” foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor João Marcio Palheta, ficou responsável pela revisão teórico-metodológica e levantamento de dados. O segundo autor Adolfo da Costa Oliveira Neto, ficou responsável pela construção das representações gráficas, revisão textual e tradução.

Recebido para publicação em 09 de setembro de 2017.

Devolvido para a revisão em 26 de outubro de 2017.

Aceito para a publicação em 13 de janeiro de 2017.

---